

# Condições Gerais

## Generali Responsabilidade Civil Familiar



**Generali – Companhia de Seguros S.A.**

**Sede:** Rua Duque de Palmela, n.º 11 | 1269-270 Lisboa | **Tel.:** 213 112 800 | **Fax:** 213 563 067

**Email:** [generali@generali.pt](mailto:generali@generali.pt) | [www.generali.pt](http://www.generali.pt) | **Capital Social Euros:** 41.000.000,00

**N.I. Fiscal:** 513 300 260 | Matriculada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa

**Linha de Apoio ao Cliente:** 213 504 300 | Disponível de 2.ª a 6.ª das 9h00 às 18h00

Entre as 18h00 e as 9h00 estão ativos serviços de Assistência em Viagem e Assistência ao Lar.

Todas as opções do menu telefónico contemplam um atendimento personalizado.

[generali.pt](http://generali.pt)

Mod. IM 08/02 A (RC\_FAM/11/2009)





# Índice

## 5. Condições Gerais

### 5. Cláusula Preliminar

## 5. Capítulo I Definições, Objeto e Garantias do Contrato

### 5. Cláusula 1.<sup>a</sup> – Definições

### 6. Cláusula 2.<sup>a</sup> – Objeto do Contrato

### 6. Cláusula 3.<sup>a</sup> – Garantias do Contrato

### 6. Cláusula 4.<sup>a</sup> – Âmbito Territorial e Temporal

### 6. Cláusula 5.<sup>a</sup> – Exclusões

## 8. Capítulo II Declaração do Risco, Inicial e Superveniente

### 8. Cláusula 6.<sup>a</sup> – Dever de Declaração Inicial de Risco

### 9. Cláusula 7.<sup>a</sup> – Incumprimento Doloso do Dever de Declaração Inicial do Risco

### 9. Cláusula 8.<sup>a</sup> – Incumprimento Negligente do Dever de Declaração Inicial do Risco

### 9. Cláusula 9.<sup>a</sup> – Agravamento do Risco

### 9. Cláusula 10.<sup>a</sup> – Sinistro e Agravamento do Risco

## 10. Capítulo III Pagamento e Alteração dos Prémios

### 10. Cláusula 11.<sup>a</sup> – Vencimento dos Prémios

### 10. Cláusula 12.<sup>a</sup> – Cobertura

### 10. Cláusula 13.<sup>a</sup> – Aviso de Pagamento dos Prémios

### 11. Cláusula 14.<sup>a</sup> – Falta de Pagamento dos Prémios

### 11. Cláusula 15.<sup>a</sup> – Alteração do Prémio

## 11. Capítulo IV Início de Efeitos, Duração e Vicissitudes do Contrato

### 11. Cláusula 16.<sup>a</sup> – Início da Cobertura e de Efeitos

### 11. Cláusula 17.<sup>a</sup> – Duração

### 11. Cláusula 18.<sup>a</sup> – Resolução e Redução do Contrato

## 12. Capítulo V Prestação Principal do Segurador

### 12. Cláusula 19.<sup>a</sup> – Limites da Prestação

### 12. Cláusula 20.<sup>a</sup> – Pagamento da Indemnização

### 13. Cláusula 21.<sup>a</sup> – Franquia

### 13. Cláusula 22.<sup>a</sup> – Insuficiência do Capital

### 13. Cláusula 23.<sup>a</sup> – Pluralidade de Seguros

## 13. Capítulo VI Obrigações e Direitos das Partes

### 13. Cláusula 24.<sup>a</sup> – Obrigações do Tomador do Seguro e do Segurado

### 14. Cláusula 25.<sup>a</sup> – Obrigação de Reembolso pelo Segurador das Despesas Havidas com o Afastamento e Mitigação do Sinistro

### 14. Cláusula 26.<sup>a</sup> – Defesa Jurídica

### 14. Cláusula 27.<sup>a</sup> – Obrigações do Segurador

## 15. Capítulo VII Disposições Diversas

### 15. Cláusula 28.<sup>a</sup> – Intervenção de Mediador de Seguros

### 15. Cláusula 29.<sup>a</sup> – Comunicações e Notificações entre as Partes

### 15. Cláusula 30.<sup>a</sup> – Lei Aplicável, Reclamações e Arbitragem

### 15. Cláusula 31.<sup>a</sup> – Foro



# Condições Gerais

## CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **GENERALI – Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Segurador, e o Tomador do Seguro mencionado nas Condições Particulares estabelece-se um Contrato de Seguro que se regula pelas presentes Condições Gerais e pelas Condições Particulares e, ainda, se contratadas, pelas Condições Especiais.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do Segurado, os dados do representante do Segurador para efeitos dos sinistros e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e/ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao Tomador do Seguro, ao Segurado ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

## Capítulo I

# Definições, Objeto e Garantias do Contrato

## CLÁUSULA 1.<sup>a</sup> Definições

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

- A. APÓLICE** – Conjunto de condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o Contrato de Seguro celebrado.
- B. SEGURADOR** – A entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro de responsabilidade civil geral, que subscreve o presente contrato.
- C. TOMADOR DO SEGURO** – A pessoa ou entidade que contrata com o Segurador, sendo responsável pelo pagamento do prémio.
- D. SEGURADO** – A pessoa ou entidade titular do interesse seguro.
- E. TERCEIRO** – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.
- F. SINISTRO** – A verificação, total ou parcial, do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato, considerando-se como um único sinistro o evento ou série de eventos resultantes de uma mesma causa.
- G. DANO CORPORAL** – Prejuízo resultante de lesão da saúde física ou mental.
- H. DANO MATERIAL** – Prejuízo resultante de lesão de coisa móvel, imóvel ou animal.

- I. DANO PATRIMONIAL** – Prejuízo que, sendo suscetível de avaliação pecuniária, deve ser reparado ou indenizado.
- J. DANO NÃO PATRIMONIAL** – Prejuízo que, não sendo suscetível de avaliação pecuniária, deve, no entanto, ser compensado através do cumprimento de uma obrigação pecuniária.
- K. FRANQUIA** – Valor da regularização do sinistro nos termos do Contrato de Seguro que não fica a cargo do Segurador.

## CLÁUSULA 2.<sup>a</sup> Objeto do Contrato

- 1. O presente contrato tem por objeto a garantia da responsabilidade extracontratual que, ao abrigo da lei civil, seja imputável ao Segurado em consequência de atos ou omissões ocorridos no âmbito da sua vida particular.
- 2. Consideram-se englobadas na designação "Vida Particular" as atividades sociais, caritativas, culturais, desportivas e outras atividades análogas, desde que sejam exercidas a título gratuito e não constem das Exclusões desta apólice.

## CLÁUSULA 3.<sup>a</sup> Garantias do Contrato

- 1. O Segurador garante, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado, pelos danos patrimoniais e/ou não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais acidentalmente causados a terceiros, de harmonia com o estipulado nas Condições Gerais, Especiais e Particulares.
- 2. O presente contrato garante, igualmente, a responsabilidade civil imputável a:
  - A.** Empregados domésticos do Segurado, quando ao seu serviço.
  - B.** Qualquer familiar que viva com o Segurado ou na sua dependência financeira, nomeadamente o cônjuge, descendentes, ascendentes, irmãos, adotados e afins em linha reta e até ao 2.º grau da linha colateral, tutelados ou curatelados.
  - C.** Qualquer criança menor de 12 anos confiada momentaneamente à guarda do Segurado ou do seu pessoal doméstico, desde que tal guarda não seja remunerada nem derive de profissão do Segurado.

- 3. Ficam ainda incluídos os danos que possam ser imputados ao Segurado e a qualquer das pessoas mencionadas no número 2 na qualidade de:

- A.** Proprietário e/ou utente de bicicletas, desde que a condução das mesmas se faça em lugares privados ou em locais não sujeitos ao regime do Código da Estrada.
- B.** Proprietário, detentor ou locatário de máquinas e utensílios domésticos não destinados a uso profissional.
- C.** Desportista amador, considerando-se abrangidos por esta designação os atos lúdicos de qualquer das pessoas cuja responsabilidade civil se garante, com exclusão da prática de caça e tiro.
- D.** Proprietário, detentor ou locatário de animais domésticos, considerando-se apenas como tais os gatos, os cães, as aves e animais de quintal.

Ficam, contudo, excluídos da presente garantia os animais de companhia que, nos termos da lei, sejam considerados selvagens ou animais potencialmente perigosos.

## CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> Âmbito Territorial e Temporal

- 1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
- 2. O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato nos termos legais aplicáveis.

## CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> Exclusões

**Ficam sempre excluídos:**

- 1. Os danos causados às pessoas cuja responsabilidade civil se garante por esta apólice, aos respetivos parentes e afins e ainda a qualquer pessoa por quem os mesmos sejam civilmente responsáveis.
- 2. Os danos decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do Seguro, do Segurado ou de qualquer das pessoas cuja responsabilidade civil se garante.

3. Os danos decorrentes de atos ou omissões do Segurado ou de qualquer das pessoas cuja responsabilidade civil se garante quando praticados em estado de demência, perturbação psíquica ou sob a influência do álcool, estupefacientes ou outras drogas.
4. Os danos decorrentes de Responsabilidade Civil Profissional.
5. Os danos abrangidos pela legislação de Acidentes de Trabalho.
6. Os danos resultantes da propriedade, posse ou utilização, em qualquer circunstância, de imóveis.
7. Os danos resultantes da utilização de veículos, engenhos, embarcações ou outros meios de locomoção ou transporte terrestre (exceto bicicletas), aquático e aéreo, equipados ou não com motor, bem como pelos objetos por eles transportados.
8. Os danos causados pelo desabamento de terras, pelas águas dos esgotos ou pela ação prolongada da humidade, dos fumos ou dos vapores.
9. Os danos decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade.
10. Os danos causados pela alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou indiretamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos à ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidade, corrente elétrica ou substâncias nocivas.
11. Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e “lockout”.
12. Os danos derivados de fenómenos da natureza.
13. Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer fianças, taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança, de danos exemplares ou outras reclamações de natureza semelhante.
14. As despesas suportadas em sede extrajudicial relativas a investigações e pesquisas destinadas a determinar as causas do sinistro, exceto se essas investigações, pesquisas e despesas tenham sido previamente autorizadas pelo Segurador.
15. Os danos causados pela epilepsia e pela transmissão de doenças contagiosas ou transmissíveis, designadamente sida, hepatites e outras.
16. A perda, dano, despesas ou responsabilidade direta ou indiretamente relacionados com contaminações efetivas ou prováveis.
17. As reclamações baseadas na violação de direitos de autor e do direito da propriedade industrial, nomeadamente patentes ou marcas e outros direitos de proteção comercial, bem como reclamações baseadas em publicidade enganosa.
18. Os danos causados a objetos ou animais de que o Segurado ou qualquer das pessoas cuja responsabilidade civil se garante sejam detentores, a qualquer título, temporária ou permanentemente, embora sejam propriedade de terceiros.
19. Os danos decorrentes de responsabilidade assumida por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato.
20. Os danos genéticos causados a pessoas ou animais.
21. Os danos causados por organismos geneticamente modificados (OGM).
22. Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica.
23. Os danos derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado.
24. Os danos causados pelo uso, transporte ou armazenamento de quaisquer substâncias explosivas, tóxicas e corrosivas.
25. Decorrentes de roubo, furto, furto de uso, incêndio e/ou explosão.
26. Causados pela ação de campos eletromagnéticos.
27. Causados por animais de companhia que, nos termos da lei, sejam considerados selvagens ou animais potencialmente perigosos.

28. Consequenciais, como sejam lucros cessantes e/ou perdas económicas e financeiras de qualquer natureza, sofridas por terceiros que decorram de facto que implique responsabilidade civil extracontratual do Segurado.

## Capítulo II

# Declaração do Risco, Inicial e Superveniente

## CLÁUSULA 6.<sup>a</sup>

### Dever de Declaração Inicial de Risco

1. O Tomador do Seguro ou o Segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conhece e razoavelmente deve ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo Segurador para o efeito.
3. O Segurador que tenha aceite o contrato, salvo havendo dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:
  - A. Da omissão de resposta a pergunta do questionário.
  - B. De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos.
  - C. De incoerência ou contradição evidentes nas respostas ao questionário.
  - D. De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça.
  - E. De circunstâncias conhecidas do Segurador, em especial quando são públicas e notórias.
4. O Segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual Tomador do Seguro ou o Segurado acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.



### CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> Incumprimento Doloso do Dever de Declaração Inicial do Risco

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no n.º 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo Segurador ao Tomador do Seguro.
2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.
3. O Segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.
4. O Segurador tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira do Segurador ou do seu representante.
5. Em caso de dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

### CLÁUSULA 8.<sup>a</sup> Incumprimento Negligente do Dever de Declaração Inicial do Risco

1. Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 da cláusula 6.<sup>a</sup>, o Segurador pode, mediante declaração a enviar ao Tomador do Seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:
  - A. Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta.
  - B. Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexactamente.
2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo Tomador do Seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.
3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido "pro rata temporis" atendendo à cobertura havida.
4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:

- A. O Segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente.
- B. O Segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

### CLÁUSULA 9.<sup>a</sup> Agravamento do Risco

1. O Tomador do Seguro ou o Segurado tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar ao Segurador todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo Segurador aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.
2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o Segurador pode:
  - A. Apresentar ao Tomador do Seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta.
  - B. Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.
3. A resolução do contrato prevista na alínea b) do n.º anterior deve ser comunicada ao Tomador do Seguro por escrito, ou por outro meio de que fique registo duradouro, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data em que a mesma produz efeitos.

### CLÁUSULA 10.<sup>a</sup> Sinistro e Agravamento do Risco

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o Segurador:
  - A. Cobre o risco, efetuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula anterior.
  - B. Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado

e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro.

- C. Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.
- 2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do Tomador do Seguro ou do Segurado, o Segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

### Capítulo III

## Pagamento e Alteração dos Prémios

### CLÁUSULA 11.<sup>a</sup> Vencimento dos Prémios

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

### CLÁUSULA 12.<sup>a</sup> Cobertura

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

### CLÁUSULA 13.<sup>a</sup> Aviso de Pagamento dos Prémios

1. Navigênciado contrato, o Segurador deve avisar por escrito o Tomador do Seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o Segurador pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceita-

ção e do envio ao Tomador do Seguro da documentação contratual referida neste número.

#### **CLÁUSULA 14.<sup>a</sup>** **Falta de Pagamento dos Prêmios**

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
  - A. Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade.
  - B. Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável.
  - C. Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

#### **CLÁUSULA 15.<sup>a</sup>** **Alteração do Prémio**

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas pode efetuar-se no vencimento anual seguinte.

#### *Capítulo IV*

## Início de Efeitos, Duração e Vicissitudes do Contrato

#### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup>** **Início da Cobertura e de Efeitos**

1. A cobertura dos riscos inicia-se às zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pelo Segurador, ficando dependente do pagamento do prêmio, nos termos da cláusula 12.<sup>a</sup> das presentes Condições Gerais.
2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início de efeitos do contrato, caso distinto do início da cobertura dos riscos.

#### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup>** **Duração**

1. O contrato indica a sua duração, podendo ser por período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano.
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no n.º 1 não se efetua se qualquer das partes denunciar o contrato com 30 dias de antecedência mínima em relação à data da prorrogação, ou se o Tomador do Seguro não proceder ao pagamento do prêmio.

#### **CLÁUSULA 18.<sup>a</sup>** **Resolução e Redução do Contrato**

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
2. O Segurador pode invocar a ocorrência de uma sucessão de sinistros na anuidade, como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao Tomador do Seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado “pro rata temporis”, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.
4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que se verifique.
5. Sempre que o Tomador do Seguro não coincida com o Segurado, o Segurador deve avisar o Segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.
6. A comunicação da resolução do contrato, nos termos previstos nesta cláusula, deve ser efetuada por escrito, ou por outro meio de que fique registo duradouro, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data em que a mesma produz efeitos.
7. O previsto na presente cláusula é aplicável à redução do contrato, com as devidas adaptações.

## Capítulo V

# Prestação Principal do Segurador

### CLÁUSULA 19.<sup>a</sup> Limites da Prestação

1. A responsabilidade do Segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro.
2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:
  - A. Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, o Segurador não responde pelas despesas judiciais.
  - B. Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o Segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.
3. O capital seguro representa o valor máximo da prestação a pagar pelo Segurador por sinistro ou anuidade de seguro, consoante o que esteja estabelecido no contrato.
4. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro fica, até ao vencimento do contrato, automaticamente reduzido do montante correspondente ao valor da indemnização atribuída, sem que haja lugar a estorno de prémio, a não ser que o Tomador do Seguro pretenda reconstituir o capital seguro, pagando o prémio complementar correspondente.

### CLÁUSULA 20.<sup>a</sup> Pagamento da Indemnização

1. Salvo convenção em contrário, o Segurador presta a indemnização em euros e em Portugal, entendendo-se cumprida a sua obrigação no momento em que der conhecimento à entidade beneficiária do depósito numa instituição bancária legalmente autorizada a operar em Portugal, a seu favor, da quantia que está obrigada a prestar, segundo o direito aplicável.

2. Para a conversão em valores em moeda estrangeira para euros atende-se à taxa de câmbio indicativa (fixing do Banco de Portugal) do dia em que forefetuado o depósito.

### **CLÁUSULA 21.<sup>a</sup>** **Franquia**

Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do Tomador do Seguro ou do Segurado uma parte da indemnização devida a terceiros.

### **CLÁUSULA 22.<sup>a</sup>** **Insuficiência do Capital**

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra o Segurador reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.
2. O Segurador que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberado para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

### **CLÁUSULA 23.<sup>a</sup>** **Pluralidade de Seguros**

1. O Tomador do Seguro ou o Segurado fica obrigado a participar ao Seguradora existência de outros seguros garantindo o mesmo risco, sob pena de responder por perdas e danos e, em caso de fraude, da exoneração do Segurador das respetivas prestações.
2. Em caso de sinistro verificado no âmbito da pluralidade de contratos, o Segurado ou o lesado pode acionar o presente Segurador até aos limites da respetiva obrigação, sem prejuízo do regime legal relativo à insolvência de um dos Seguradores da pluralidade.

## Capítulo VI

# Obrigações e Direitos das Partes

### **CLÁUSULA 24.<sup>a</sup>** **Obrigações do Tomador do Seguro e do Segurado**

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o Tomador do Seguro ou o Segurado obrigam-se:
  - A. A comunicar tal facto, por escrito, ao Segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências.
  - B. A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro.
  - C. A prestar ao Segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências.
  - D. A cumprir as prescrições de segurança que sejam impostas pela lei, regulamentos legais ou cláusulas deste contrato
  - E. A não prejudicar o direito de sub-rogação do Segurador nos direitos do Segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.
2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a d) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:
  - F. A redução da prestação do Segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause.
  - G. A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o Segurador.
3. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1, a sanção prevista no n.º 2 não é aplicável quando o Segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

4. O incumprimento do previsto na alínea e) do n.º 1, determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo Segurador.

### **CLÁUSULA 25.<sup>a</sup>** **Obrigação de Reembolso pelo Segurador das Despesas Havidas com o Afastamento e Mitigação do Sinistro**

1. O Segurador paga ao Tomador do Seguro ou ao Segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregues se revelem ineficazes.
2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo Segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o Tomador do Seguro ou o Segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.
3. O valor devido pelo Segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do Segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

### **CLÁUSULA 26.<sup>a</sup>** **Defesa Jurídica**

1. O Segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes, e podendo o Segurado, caso previsto no contrato, atribuir-lhe o direito de orientar e resolver os processos resultantes de sinistro suscetível de desencadear o acionamento da cobertura do contrato, outorgando por procuração bastante os necessários poderes.
2. O Segurado deve prestar ao Segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do Segurador.
3. São inoponíveis ao Segurador que não tenha dado o seu consentimento, tanto o reconhecimento, por parte do Segurado, do direito do lesado, como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

### **CLÁUSULA 27.<sup>a</sup>** **Obrigações do Segurador**

1. O Segurador substitui o Segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.
2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, deverão ser efetuadas pelo Segurador com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
3. O Segurador deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do Segurado e à fixação do montante dos danos.
4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

## Capítulo VII

# Disposições Diversas

### **CLÁUSULA 28.<sup>a</sup>** **Intervenção de Mediador de Seguros**

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do Segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do Segurador, o mediador de seguros ao qual o Segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do Tomador do Seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o Segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do Tomador do Seguro.

### **CLÁUSULA 29.<sup>a</sup>** **Comunicações e Notificações Entre as Partes**

1. As comunicações ou notificações do Tomador do Seguro ou do Segurado previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do Segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do Segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O Segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, consi-

derando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

### **CLÁUSULA 30.<sup>a</sup>** **Lei Aplicável, Reclamações e Arbitragem**

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.
2. Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços do Segurador identificados no contrato e, bem assim, ao Instituto de Seguros de Portugal ([www.isp.pt](http://www.isp.pt)).
3. Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.

### **CLÁUSULA 31.<sup>a</sup>** **Foro**

O foro competente para dirimir os litígios emergente deste contrato é o fixado na lei civil.